

IMPLANTAÇÃO DAS PLACAS EM BRAILLE EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS E PARTICULARES

Ana Beatriz Ehl Silva¹, Mirelle Celiane Sarmento Paz², Andrea Silva Souza³

1. Estudante do 2º ano do Ensino Médio – Escola SESI Industrial Aberlardo Lopes.
2. Estudante do 2º ano do Ensino Médio – Escola SESI Industrial Aberlardo Lopes.
3. Escola SESI Industrial Aberlardo Lopes – Professora de Geografia / Orientadora

Resumo:

Acessibilidade é o direito das pessoas portadoras de deficiências ou mobilidades reduzidas. No entanto, nem todas as instituições estão de acordo com a lei federal nº 13.146, permitindo esse acesso adequado, e muitos deficientes, inclusive os deficientes visuais, são prejudicados por falta dessa acessibilidade. Este projeto tem como objetivo implantar placas sustentáveis nas instituições estatais e privadas, com a finalidade de amenizar os transtornos enfrentados pelos deficientes visuais no dia-a-dia. O interesse pela acessibilidade justifica-se porque foi observado que nas instituições estatais e privadas há a ausência de sinalização ou informação para os deficientes visuais, principalmente em escolas que visam à inclusão social desses deficientes. Do ponto de vista metodológico, partiu-se de consultas bibliográficas, nas quais as leituras realizadas tinham como base as leis, as publicações e artigos sobre os direitos dos deficientes físicos, inclusive deficientes visuais. Assim, os resultados obtidos foram positivos, para a instituição, alunos e funcionários, notaram que as identificações em placas em Braille ao lado da sala são premordiais para os deficientes visuais, permitindo sua autonomia de locomoção dentro do ambiente escolar.

Palavras-chave: Acessibilidade. Deficiência Visual. Sustentabilidade.

Apoio financeiro: SESI (SERVICO SOCIAL DA INDÚSTRIA) e UFAL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS).

Introdução:

Acessibilidade é o direito das pessoas portadoras de deficiências ou mobilidades reduzidas a serem incluídas nos produtos, serviços e informações. De acordo com a lei federal nº 13.146, os espaços institucionais devem permitir não apenas o acesso, mas a circulação com autonomia desses deficientes, além de uma estrutura adequada em todas as dependências, como por exemplo, sala da biblioteca, banheiros, refeitórios e quadras esportivas, com placas informativas adaptadas para esse público.

Sabe-se que no Brasil, conforme os dados da IBGE, 23,9% (45,6 milhões) de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência, entre as declaradas, a mais comum foi a visual, atingindo 3,5% da população. No entanto, nem todas as instituições estão de acordo com a lei federal e muitos deficientes, inclusive os deficientes visuais, são prejudicados por falta dessa acessibilidade.

Pensando nisso, este projeto tem como objetivo implantar placas sustentáveis nas instituições estatais e privadas, com a finalidade de amenizar os transtornos enfrentados pelos deficientes visuais no dia-a-dia. Sendo assim, propõe-se a melhoria da estrutura de informação para esses deficientes, além da implementação de placas em Braille nessas instituições. O interesse pela acessibilidade justifica-se porque foi observado que nas instituições estatais e privadas há a ausência de sinalização ou informação para os deficientes visuais, principalmente em escolas que visam à inclusão social desses deficientes. Essa realidade, então, corroborou para a análise dos desafios enfrentados pelos cegos na sociedade em que vivemos, tendo como base a

acessibilidade.

Dessa forma, buscou-se uma ação afetiva, a partir da confecção e instalação de placas de sinalização nas entradas das salas de aula. É válido ressaltar que essas placas foram produzidas com materiais de baixo custo, em outros termos, materiais descartados, como sobra de placas de PS (Poliestireno Rígido), cano de PVC e garrafa PET.

Metodologia:

Do ponto de vista metodológico, este projeto partiu de consultas bibliográficas, nas quais as leituras realizadas tinham como base as leis, as publicações e artigos sobre os direitos dos deficientes físicos, inclusive deficientes visuais. Para sua construção, foram realizadas visitas nas instituições privadas e estatais (escolas, creches e hospitais), nas quais se observou que não existem sinalizações, inclusive nas instituições de deficientes visuais, como na Cyro Acyoli, que não possui placas nas entradas dessas salas. Em relação aos sujeitos deste projeto, no total, foram dez: uma professora de Geografia¹ e duas alunas (observadoras participantes) e sete deficientes visuais (sujeitos entrevistados)². Para a coleta de dados e desenvolvimento do projeto, foram utilizados registros escritos, registros de fotos, observações, entrevistas aplicadas com deficientes visuais.

Também, foram verificados os valores de placas para acessibilidade em sites especializados, os quais custam em média R\$ 40 reais cada. Comprando uma grande quantidade de placas, esse valor aumentaria e as instituições poderiam não cogitar a implementação dessas placas, até por acharem que a quantidade de deficientes é uma porcentagem baixa e preferem investir em outras necessidades mais importantes ou até por falta de iniciativa da mesma.

Considerando que a temática sustentabilidade, nos últimos anos, vem sendo discutida nas salas de aula, reaproveitou-se materiais que demoram anos para se decompor, como exemplo, a garrafa PET (duram quase 400 anos), na tentativa de unir a sustentabilidade com acessibilidade, uma vez que se estaria contribuindo com sociedade e o meio ambiente.

Em relação aos materiais e equipamentos utilizados, buscamos sobras de cano PVC e PS de obras realizadas próximas de nossa região, capa única de trabalhos escolares e garrafa pet para fazer a escrita em Braille e fita adesiva. No laboratório de Ciências, foi iniciado o processo para transformar um cano em uma placa, utilizando uma ferramenta que aqueceu o cano para ser cortado, conforme as normas da ABNT (o tamanho padrão das placas). Após esse processo, serramos os canos de PVC e cortamos a capa de pasta transparente, garrafa PET e com Reglete (instrumento criado para a escrita em Braille) foram escritas as orientações necessárias para o deficiente visual. Os valores gastos foram menos de 15 reais para confeccionar as placas.

Com o modelo do protótipo pronto, entramos em contato com Roberto Freire (o presidente da Associação dos Cegos de Maceió), para apresentar o nosso modelo de placas e se ficou acessível para os deficientes visuais, sendo que o mesmo possui baixa acuidade visual. Ele gostou da ideia e sugeriu que fosse levado para os órgãos públicos, a fim de resolver os problemas de ausência da sinalização.

Após levantamento de dados e pesquisas, procuramos um local para ser implantado Prof. Msc. Dalgoberto Miquilino, Coordenador de Sistemas de Informação - UFAL Penedo mostrou interesse e propôs a implantação do projeto nessa instituição Federal. A implantação foi realizada em 18 salas ao lado da entrada com a identificação em Braille na sala de aula, sala dos professores, coordenação, copa, secretária, laboratório

¹ Professora orientadora das alunas.

² É importante dizer que esses sujeitos permitiram mencionar no artigo.

de informática, multidisciplinar, banheiros e elevadores.

Resultados e Discussão:

Em Alagoas, são 3.120.494 (27,54%) pessoas com alguma deficiência, seja física, visual, auditiva ou mental, ressalta Luiz Carlos (apud ALCÂNTARA, 2014).

Hoje, a população de deficientes é que mais cresce em todo o Brasil, mas a acessibilidade não acompanha este ritmo. Para muita gente, um lugar acessível é aquele que tem rampas e portas largas. Mas, a acessibilidade vai bem e, além disso, representa o nosso simples direito de poder fazer tudo assim como pessoas normais, com o mínimo de ajuda possível.

As barreiras enfrentadas pelos deficientes visuais em Maceió vão além das limitações físicas. Isso ocorre porque questões sociais interferem bastante na mobilidade de quem não pode contar com todos os sentidos. Os deficientes visuais reclamam que os maiores desafios são o descumprimento das legislações que envolvem questões de mobilidade e inclusão social. Diante disso, é preciso driblar as dificuldades para fazer tarefas simples como andar na calçada, pegar um ônibus ou ir a uma padaria (SANCHES, 2013).

Para quem tem a mobilidade limitada, qualquer tarefa pode se tornar um desafio quando a lei de acessibilidade não é respeitada. E, entre tantas questões, a falta de consciência e respeito da população se torna outro grande obstáculo (SANCHES, 2013).

A pesquisa realizada sobre a opinião das implantações das placas de identificação em Braille foi essencial para continuação e busca para realização do protótipo, pois, contribuiria com a inclusão dos deficientes visuais e por ela ser sustentável ajudaria o meio ambiente.

Após implantação das placas, repercutiu positivamente para a instituição, alunos e funcionários, notaram que as identificações em placas em Braille ao lado da sala são premordiais para os deficientes visuais, permitindo sua autonomia de locomoção dentro do ambiente escolar. Possibilitando ampliar o projeto para outros campos da UFAL e também na escola estadual Cyro Acyolli.

Conclusões:

Neste projeto, foi exposto a necessidade de investir na acessibilidade para deficientes visuais. Para tanto, tomou-se como base o Estatuto do Deficiente Físico e Visual, a fim de esclarecer sobre a importância e o tema atual que trata tanto de mobilidade como de acessibilidade.

Além disso, percebeu-se a relevância do assunto e da nossa proposta em desenvolver um projeto em que fosse acessível e sustentável.

Imbernón (2000, p. 82) nos diz que: “[...] Cada um de nós é uma pessoa única, isto é, todos somos diferentes, diversos em nosso próprio meio, seja este qual for”.

Provavelmente, o que marca, em última instância, a idiosincrasia da diferença é o modo como as pessoas estabelecem com seu contexto próximo, vivido de uma maneira global. Portanto, assumir a diversidade supõe reconhecer o direito à diferença como um enriquecimento educativo e social.

Desse modo, concorda-se com Imbernón (2000), quando este diz que somos diferentes, e que cada um tem sua especificidade. Também, concorda-se com o autor quando ele afirma que temos que respeitar as diferenças. Muitos excluídos, com ajuda e incentivo dos pais, políticos bem intencionados, colégios, diretores, professores, instituições de ensino, estão se encorajando a viver em sociedade. Muitos estão sendo inseridos no contexto educacional, com ou sem necessidades especiais. Muitos estão batalhando pela tão sonhada faculdade conquistando sonhos na tentativa de torná-los realidade. Realmente estamos vivendo o momento da INCLUSÃO.

Mas diante de toda essa “revolução inclusiva”, tem-se que atentar para o fato de que não adianta incentivar, qualificar e aplicar educação inclusiva se existe obstáculos, como para a acessibilidade, por exemplo. A implantação das placas é essencial, uma vez que contribui não apenas para a melhoria da estruturação da cidade, mas, principalmente inclui os deficientes visuais em ambientes diversos, deixando-os envolvidos com o meio social.

Referências bibliográficas

ALCÂNTARA, Lucas. Adefal: acessibilidade ainda é resumida e restrita a portas e rampas em Alagoas. **Cada Minuto**, Maceió, 28 set. 2014. Disponível em: <<http://www.cadaminuto.com.br/noticia/256703/2014/09/28/adeFal-acessibilidade-ainda-e-resumida-e-restrita-a-portas-e-rampas-em-alagoas>>.

ALVES, Mário J. Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas. **Indústria e Ambiente**, n. 55, 2006, p. 12–14.

ALVES, Priscila A.; RAIÁ JÚNIOR, Archimedes Azevedo. **Mobilidade e acessibilidade urbanas sustentáveis**: a gestão da mobilidade no Brasil. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana - PPGEU / Universidade Federal de São Carlos-UFSCar, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

CANHEU, Gustavo Casagrande. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e a atividade notarial e registral. Primeiras impressões**. Colégio Notarial do Brasil, Conselho Federal, 04 set. 2015. Disponível em: <<http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=Njl4OA>>.

G1. 23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência, diz IBGE. **Brasil**, São Paulo, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>>.

IMBERNÓN, F. **A educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MEDEIROS, Luiza Regina; FREDIANI, Baiard Tadeu; GIUSTINA, Alessandro Della. **Manual de acessibilidade**. Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO. **Guia prático de acessibilidade**: critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliários e espaços. São Paulo: Ministério Público, 2004.

SANCHES, Carolina. Ruas de Maceió não têm mobilidade adequada para deficientes visuais. **G1 Alagoas**, 21 set. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/09/ruas-de-maceio-nao-tem-mobilidade-adequada-para-deficientes-visuais.html>>.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNIBLOG. **O sistema Braille e regras de aplicação**. 2015. Disponível em: <<http://www.uniblog.com.br/deficienciavisual/>>.

WIKIPÉDIA. Enciclopédia livre. **Mobilidade urbana no município de Maceió**. 14 dez. 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Mobilidade_urbana_no_munic%C3%ADpio_de_Macei%C3%B3#cite_ref-2>.